

Bolsa de Emprego | Setembro de 2017

Nome: Paulo Alberto Costa de Matos
Habilitações Literárias: 3º classe
Experiência Profissional: Corte de árvores, Agricultura

Nome: Pedro Miguel Figueiredo Soares
Habilitações Literárias: 12º ano
Experiência Profissional: Vidragem, Linha de Montagem

Nome: Cristiana Gomes Faria Marques
Habilitações Literárias: 10º ano
Experiência Profissional: Administrativa, Recepcionista, Terapeuta de Dietética, Esteticista, Vendedora, Instrutora de Zumba

Nome: Rosa Maria Pinheiro Ferreira
Habilitações Literárias: 5º ano
Experiência Profissional: Caves, Auxiliar de armazém, Empregada de balcão, Confeção, Atendimento ao público, Geriatria

Nome: José Afonso Ferreira Martins
Habilitações Literárias: 6º ano
Experiência Profissional: Serralharia Civil, Agricultura

Nome: Micaela Alexandra Conde Portela
Habilitações Literárias: 9º ano - Curso de Pastelaria
Experiência Profissional: Auxiliar de Crianças, Empregada de Mesa, Cozinha, Pastelaria

Nome: Vanessa Sofia Martins
Habilitações Literárias: 9º ano
Experiência Profissional: Cerâmica, Amostras

Nome: Bianca Catarina Baldeia Marques
Habilitações Literárias: 8º ano
Experiência Profissional: Restauração, Limpezas, Formação em unhas

Nome: Emília da Conceição Pinto Maia
Habilitações Literárias: 11º ano
Experiência Profissional: Limpezas, Gerente de loja, Armazém, Restauração, Escritório de contabilidade, Polivalente Caves

Nome: Neuza Susana Jesus Pereira
Habilitações Literárias: 9º ano - Curso de Hotelaria e Turismo
Experiência Profissional: Restauração, Atendimento ao balcão, atendimento de mesas

Nome: Ana Rita de Almeida
Habilitações Literárias: 12º ano
Experiência Profissional: 1º Emprego; Estágio Profissional

Nome: Letícia Eugénia da Conceição Gameiro
Habilitações Literárias: Licenciatura em Zootécnica
Experiência Profissional: Comercial, Técnica Responsável na área de Zootécnica

Nota: Para mais informações sobre os candidatos da Bolsa de Emprego, por favor contacte o GIP - Gabinete de Inserção Profissional. **Contactos:** 231 516 761 | gip@acib.pt

A ACIB informa que tem os seguintes serviços ao dispôr dos Associados:

Fotocópias | fax | Internet | aluguer de salas | aluguer de equipamento audiovisual | serviço de dobragem e envelopagem de correspondência | venda de Livros de Reclamações | venda de Livretes Individuais de Controlo para Condutores



ACIB - Associação Comercial e Industrial da Bairrada

Sede:
Espaço Inovação - Z. Industrial de Vila Verde, Ap. 235 | 3770-305 Oliveira do Bairro | T. 234730320 | acib@acib.pt

Delegação:
Edifício da Proximidade | Praça da Juventude | 3780-323 Anadia | T: 231516761 | anadia@acib.pt

www.acib.pt



Setembro de 2017



ACIB | Workshops e Formação Profissional da ACIB para o 2º semestre

Seminários

- Ciclo de Workshops Exportação

- Procedimentos aduaneiros e fiscais de importação e exportação
- Logística de Exportação: Embalagens, Transportes e Seguros
- Métodos e Meios de pagamento na exportação
- Compreender e aplicar os INCOTERMS 2010

- Ciclo de Workshops Ferramentas para aumentar a produtividade das empresas

- Ferramentas para a eliminação de desperdício
- Melhorar o desempenho da empresa
- Qualidade à primeira
- O posto de trabalho óptimo: 5S
- A manutenção como fonte de receita

- GIMP - Tratamento de Imagens

- Economia Circular – Cerâmica e Construção

Formação Profissional

- Finanças para não Financeiros
- Marketing Digital como Ferramenta Empresarial
- Formação Pedagógica Inicial de Formadores
- Primeiros Socorros
- Segurança na Utilização de Pontes Rolantes
- Segurança na Utilização de Empilhadores
- Atendimento Telefónico e Imagem da Empresa
- Cartão de Manipulador de Carnes - Iniciação
- Cartão de Manipulador de Carnes - Renovação

Formação-Acção

- Formação para empresários

Data	Local
26/09	Anadia
17/10	O. Bairro
14/11	Anadia
12/12	O. Bairro
14/09	O. Bairro
12/10	Anadia
09/11	O. Bairro
23/11	Anadia
07/12	O. Bairro
30/10 e 06/11	O. Bairro
19/10	O. Bairro
Setembro	O. Bairro
22/09	O. Bairro
02/10	O. Bairro
13/10	Anadia
26/10	Anadia
27/10	O. Bairro
Novembro	O. Bairro
Novembro	O. Bairro
Novembro	O. Bairro
Outubro	

A participação nestas acções e seminários é considerada para efeitos do cumprimento do dever de formação contínua a cargo da entidade empregadora (art.º 131 da Lei 7/2009 de 12 de Fevereiro).

Para mais informações e/ou inscrições, contacte a ACIB através do telefone 234 730 320 ou via o e-mail: acib@acib.pt.//

Vales Indústria 4.0 | Candidaturas Abertas

AACIB informa que decorre, até 29 de Setembro (Aviso 19/SI/2017), o prazo para submissão de candidaturas ao Vale Indústria 4.0, que prevê a atribuição de 4,2 milhões de euros em vales, para projectos com foco na digitalização.

Pretende-se com esta medida alavancar a transformação digital das PME, através da adopção de tecnologias que permitam mudanças disruptivas nos modelos de negócio (como a contratação de sites de comércio electrónico ou softwares de gestão fabril a prestadores certificados).

São beneficiários desta medida as PME de qualquer natureza e sob qualquer forma jurídica. O apoio é de 75% (Incentivo Não Reembolsável -INR) com limite de 7.500€.

Critérios de elegibilidade dos beneficiários (para além dos gerais):

- Não ter projectos aprovados na mesma prioridade de investimento;
- No caso do Vale Inovação/Indústria 4.0, não ter projectos aprovados na prioridade de investimento

Qualificação PME.

Poderão ser consultadas as especificidades do Vale Inovação nos artigos 40.º ao 58.º da Portaria n.º 57-A/2015 de 27 de Fevereiro. Para mais informações, aceda à página do Compete 2020: <http://www.poci-compete2020.pt//>

Medida do SIMPLEX+ 2016 | Informação ao consumidor + simples

A ACIB informa que foram revistas pelo Governo algumas das obrigações de informação ao consumidor que têm de estar afixadas nos estabelecimentos comerciais de venda de bens e/ou prestação de serviços.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 102/2017, de 23 de Agosto, deixa de ser obrigatório:

- a afixação do dístico que comprova o pagamento da taxa

de segurança alimentar, passando a prever-se que o operador económico disponibilize o respectivo comprovativo às autoridades de fiscalização que o solicitem;

- a divulgação por parte dos estabelecimentos dos sectores industrial, da hotelaria e restauração do encaminhamento dos óleos alimentares usados produzidos;

- a afixação de informação relativa à tipologia do estabelecimento comercial e da sua capacidade máxima, por se entender que esta informação é relevante para efeitos de fiscalização, constando já da autorização para o exercício da actividade económica ou das meras comunicações prévias;

- a afixação de informação que esclareça os utentes que os produtos alimentares não embalados, uma vez escolhidos e entregues, se consideram comprados, não sendo permitidas trocas ou devoluções, passando esta afixação a ser facultativa.

Os comerciantes passam a estar obrigados a informar os consumidores acerca da entidade ou entidades de resolução alternativa de litígios de consumo, apenas quando adiram a essas entidades ou estejam legalmente obrigados a recorrer às mesmas.

O Governo irá criar uma plataforma electrónica que permitirá aos operadores económicos emitir, de forma automática e uniforme, os dísticos e os modelos para a afixação de toda a informação a que se encontram obrigados nos termos da lei. De forma a facilitar a emissão, através da referida plataforma, de modelos a afixar nos estabelecimentos comerciais, prevê-se ainda que o regulamento interno que deve ser afixado nas instalações desportivas que prestam serviços desportivos na área da manutenção da condição física (fitness) possa não ser assinado pelo respectivo director técnico, caso o modelo a afixar seja emitido através da referida plataforma electrónica.//

Certificação Electrónica de PME | Alterações

Entraram em vigor, a 01 de Julho, os novos conceitos de empresa de média dimensão, definindo “empresa de média capitalização” e “empresa de pequena-media capitalização”.

Assim, nos termos do regime estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 81/2017, de 30 de Junho, uma empresa de média capitalização (Mid Cap) é aquela que, não sendo PME, empregue, pelo menos, 3000 pessoas. Considera-se uma empresa de pequena-média capitalização (Small Mid Cap) aquela que empregue menos de 500 pessoas.

Está prevista uma nova certificação electrónica, que vem simplificar e acelerar o tratamento administrativo dos processo e vem permitir a participação das PME nos diferentes programas de apoios

comunitários. As medidas e apoios destinados às micro, às pequenas e às médias empresas apenas se aplicarão às empresas que comprovem esta qualidade.

A Certificação Electrónica de PME, a cargo do IAPMEI, é obtida exclusivamente através de um formulário electrónico disponibilizado via Internet. Não é admissível a submissão ou a obtenção dos dados para o seu preenchimento por outra via.

A utilização da certificação de PME é obrigatória para todas as entidades envolvidas em procedimentos que exijam o estatuto de micro, de pequena ou de média empresa.

A certificação deve ser renovada a cada ano, com a comunicação dos dados do último exercício completo, após a entrega da

respectiva declaração anual contabilística e fiscal. Após o prazo de 20 dias úteis da data limite de entrega da declaração anual contabilística e fiscal, sem que os dados tenham sido submetidos, a certificação caduca.

A certificação de PME é inscrita num registo electrónico do IAPMEI. A comprovação da certificação é prestada aos titulares dos dados fornecidos, bem como a quais quer entidades, no âmbito de procedimentos cuja instrução ou decisão final seja exigida a apresentação e comprovação do estatuto de micro, de pequena ou de média empresa.

Para mais informações consulte o Decreto-Lei n.º 81/2017. Para solicitar a Certificação, aceda a www.iapmei.pt – Certificação PME.//

Protecção de Dados | Novo Regulamento

O Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 04 de Maio de 2016, relativo à protecção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação dos mesmos, entra a vigor a 25 de Maio de 2018.

O Regulamento aplica-se a todas as empresas e entidades que realizem operações que envolvam dados pessoais, incluindo as que as efectuem em regime de subcontratação, bem como às empresas estabelecidas fora do espaço da UE e sem presença na EU, desde que ofereçam serviços e façam negócios que envolvam tratamento de dados pessoais de um residente na UE ou quando os comportamentos dos titulares dos dados sejam “controlados” no seio da UE.

Constituem “Dados Pessoais”, para efeitos do presente Regulamento, as informações relativas a uma pessoa singular identificada ou identificável («titular dos dados»). É considerada identificável uma pessoa singular que possa ser identificada, directa ou indirectamente, em especial por referência a um identificador, como por exemplo um nome, um número de identificação, dados de localização, identificadores por via electrónica ou a um ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social dessa pessoa singular.

Por tratamento de Dados Pessoais deve entender-se a operação ou conjunto de operações efectuadas sobre dados pessoais ou sobre conjuntos de dados pessoais, por meios automatizados ou não automatizados, tais como a recolha, o registo, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, a comparação ou interconexão, a limitação, o apagamento ou a destruição.

As empresas que tratam dados pessoais deverão possuir um registo de todas as actividades de tratamento sob a sua responsabilidade. Desse registo constam, entre outras, as seguintes informações:

- a) O nome e os contactos do responsável pelo tratamento e, sendo caso disso, de qualquer responsável conjunto pelo tratamento, do representante do responsável pelo tratamento e do encarregado da protecção de dados;
- b) As finalidades do tratamento dos dados;
- c) A descrição das categorias de titulares de dados e das categorias de dados pessoais;
- d) As categorias de destinatários a quem os dados pessoais foram ou serão divulgados, incluindo os destinatários estabelecidos em países terceiros ou organizações internacionais;
- e) Se for aplicável, as transferências de dados pessoais para países terceiros ou organizações internacionais, incluindo a identificação desses países terceiros ou organizações internacionais e, no caso das transferências referidas no artigo 49, n.º 1, segundo parágrafo, a documentação que comprove a existência das garantias adequadas;
- f) Se possível, os prazos previstos para o apagamento das diferentes categorias de dados;
- g) Se possível, uma descrição geral das medidas técnicas e organizativas no domínio da segurança referidas no artigo 32.o, n.o 1.

De referir que com a entrada em vigor do Regulamento cessará a obrigatoriedade de notificação ou pedido de autorização prévia à Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPd), para proceder a tratamentos de dados pessoais, impendendo sobre as entidades não a responsabilidade do levantamento e registo interno de todos os tratamentos de dados que realizem, avaliação, nos casos de maior risco, dos impactos de tais tratamentos na privacidade e a adopção de normas, procedimentos e sistemas tecnológicos que assegurem elevados níveis de segurança.

As coimas previstas no Regulamento podem ascender aos €20.000.000,00, ou, no caso de uma empresa, até 4% do seu volume de negócios anual a nível mundial correspondente ao exercício financeiro anterior, consoante o montante que for mais elevado.//

Código dos Contractos Públicos | Alteração

Foi publicado o Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de Agosto, que procede à nona alteração ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro. Este decreto-lei altera o Código dos Contratos Públicos e introduz na legislação portuguesa as directivas europeias 2014/23/UE sobre adjudicação de contratos de concessão, 2014/24/UE sobre contratos públicos e 2014/55/UE sobre facturação electrónica nos contratos públicos.//